

Sanguinetti pede "soluções de emergência" a curto prazo

17 DEZ 1985

por Celso Pinto
de Montevideu



Julio Maria Sanguinetti

Os países latino-americanos enfrentam uma "situação de emergência" que exige "soluções de emergência" a curto prazo. Esta é, na definição do presidente Júlio Maria Sanguinetti, do Uruguai, a razão central do encontro do Grupo de Cartagena, ontem e hoje, em Montevideu.

Sanguinetti abriu o encontro dos onze países do grupo, ontem pela manhã, com um discurso de improviso. Citando o presidente José Sarney, disse que a dívida não pode ser paga "com a fome de nossa gente mas tampouco com a nossa democracia".

O presidente não esclareceu quais poderiam ser estas medidas de emergência. Na verdade, os ministros da Fazenda e das Relações Exteriores tinham um encontro marcado ontem à noite para redigir o documento final e fixar as decisões.

O grupo fará uma dura análise da situação dos países latino-americanos, enfatizará a necessidade de estancar a remessa líquida de recursos e sugerirá que isto depende, crucialmente, de pontos-chave como uma taxa de juros norte-americana mais razoável.

A novidade que marcaria a diferença entre esta reunião e as três anteriores já realizadas pelo Grupo de Cartagena seria a proposta brasileira de criação de um mecanismo de ação coletiva, como havia antecipado este jornal. Tal mecanismo, que serviria como um comitê de acompanhamento ou monitoração, seria uma contrapartida dos mecanismos já existentes de monitoração dos países e dos bancos credores. Os países do Grupo de Cartagena listariam suas de-

mandas, elaborariam suas sugestões concretas e caberia ao comitê acompanhar o andamento da economia internacional. Caso alguma variável crucial, como a taxa de juros, venha a fugir de padrões razoáveis e as sugestões já feitas não obtenham nenhuma resposta concreta, caberia a este comitê soar o sinal de alarme e sugerir alternativas concretas.

PARTICIPAÇÃO

Nem tudo está ainda claro nesta proposta. Não se decidiu, por exemplo, a que nível se daria a participação no comitê (se ministerial ou técnico). Também existem críticos da idéia, temerosos de que um eventual sinal de debilidade no funcionamento prático ou nos efeitos concretos da ação do comitê poderia comprometer os países devedores.

De toda forma, a intenção é fazer do comitê uma arma futura de negociação. "Um gatilho pronto a ser acionado", na imagem utilizada por uma alta fonte governamental a este jornal. Supõe-se que a existência do gatilho, por si só, poderia evitar o disparo da arma. Não há, segundo a mesma fonte, resistências

de outros grandes devedores, como México e Argentina, à adoção da proposta.

O fato é que nunca antes os três grandes países devedores — Brasil, Argentina e México — estiveram tão próximos em suas posições e tão ansiosos em levar o Grupo de Cartagena a uma direção um pouco mais objetiva. Se não sair do nível puramente retórico, em Montevideu, o Grupo de Cartagena corre o risco de perder sua credibilidade.

A amarração final das posições dos três grandes veio sendo feita ao longo dos últimos meses. O acerto final ficou para este último final de semana. Os ministros da Fazenda e os chanceleres dos três países reuniram-se na fazenda de um grande empresário argentino, a 400 quilômetros de Buenos Aires. Fizeram, na descrição do ministro Funaro, um "strip-tease" de suas economias e dos problemas que têm pela frente.

A sintonia entre os ministros acabou transparecendo, ontem, pela enorme coincidência do sentido, e até mesmo de expressões utilizadas nas entrevistas à imprensa. Além disto, refletiu-se no teor do discurso pronunciado pelo presidente Sanguinetti.

TRAJETÓRIA

O presidente lembrou a trajetória do Grupo de Cartagena e as três teses centrais que sempre defendeu: a de que a questão da dívida tinha uma forte conotação política, a da corresponsabilidade dos países credores e a da necessidade de preservar a taxa de crescimento. Estas posturas acabaram espalhando-se na opinião pública mundial, segundo Sanguinetti, e o Plano Baker é a melhor prova disto.

De outro lado, o fato de o grupo jamais ter endossado soluções radicais e de ter enfrentado um duríssimo processo de ajuste (ele elogiou particularmente o Plano Austral argentino) deu "uma imensa autoridade moral" para avançar na discussão. O problema central hoje, como lembraram Sanguinetti e vários ministros, é que a situação dos juros internacionais e dos preços das matérias-primas tem obrigado a uma dramática remessa líquida de recursos aos países centrais.

Sanguinetti, citando a revista "The Economist", falou em US\$ 60 a 65 bilhões. O chanceler argentino, Dante Caputo, disse que apenas na América Latina, neste ano, a transferência chegará a US\$ 32 bilhões. O ministro Dilson Funaro lembrou que, caso as taxas de juros norte-americanas baixassem apenas dois pontos percentuais, não teria sido necessário fazer o duro pacote fiscal recente.

Este é o miolo da discussão de Montevideu. Estancar este processo de transferência líquida pode ser feito por iniciativas que estão fora do alcance dos devedores, como uma redução nos juros norte-

americanos, ou em suas mãos, como a imposição de limites ao pagamento de juros. Segundo Funaro, pretende-se examinar os dois tipos de sugestão, mas não se endossará nenhuma, idéia que implique confrontação direta.

ANÁLISE DO PLANO BAKER

O grupo fará também uma análise do teor do Plano Baker. Dirá, pelo que foi antecipado no documento a nível técnico elaborado na semana passada, que o plano tem vantagens, mas enormes lacunas. Como disseram Funaro e o chanceler Olavo Setúbal, o Plano Baker contempla uma solução para o "cash-flow" dos devedores, mas não toca nos problemas centrais dos juros e das garantias de fluxos positivos de recursos.

O chanceler Dante Caputo foi particularmente duro, ao contrário do habitual. "Estamos financiando os países desenvolvidos, e isto é inadmissível e absurdo", definiu. "A situação é séria demais para fazer retóricas".

O chanceler mexicano, Bernardo Sepúlveda, usou um tom mais ameno, mas não destoou no conjunto de declarações. "Precisamos encontrar uma fórmula para que o serviço da dívida seja saldado sem que isto afete o potencial de crescimento", declarou.

O ministro da Economia do Peru, Luis Alva Castro, como era esperado, foi duro em suas colocações. Defendeu a opção peruana de não pagar mais de 10% aos bancos do que exporta e sugeriu a generalização da receita. A sugestão, contudo, não foi discutida amplamente nem, segundo Funaro, deverá ser incluída entre as sugestões do grupo em Montevideu.

Também não parece ter futuro a suposta proposta de uma reunião a nível presidencial que se seguiria a esta reunião de Montevideu. Os ministros brasileiros disseram ignorar a proposta. Outros grandes países devedores tampouco demonstraram qualquer entusiasmo.

VENEZUELA

A Venezuela causou ainda alguma espécie, em Montevideu, pelo fato de não ter enviado nem seu ministro da Fazenda nem seu chanceler. Funaro explicou que a ausência é justificável: os dois ministros estão envolvidos na discussão dos problemas gerados pela recente queda dos preços do petróleo.

Também não veio a Montevideu o ministro da Fazenda colombiano, apenas o das Relações Exteriores. Neste caso, o problema foi de outra ordem: a Colômbia, supostamente, deveria ter sido beneficiada em US\$ 2,5 bilhões do Plano Baker; sendo assim seu primeiro beneficiário concreto. Não só isto não aconteceu, como a Colômbia só deverá obter US\$ 1 bilhão, do Banco Mundial, a custos altíssimos, segundo disseram autoridades colombianas a outros delegados. O ministro está, agora, discutindo esta proposta nos Estados Unidos.

Bancos preferem prazos... Crédito externo dos liquidados não será remissível Banqueiros convocam nova reunião para continuar negociação

por Cláudia Sáfate de Brasília
(Continuação da 1ª página)

do Fundo, Jacques de Larosière, de que receberá uma cópia do "pacote" econômico aprovado pelo Congresso Nacional foi importante para que os bancos tomassem a decisão de acelerar os contatos e sugerissem o retorno do diretor da Dívida Externa do BC, Seixas. Ele embarca amanhã para Nova York, onde retomará os contatos com o comitê de assessoramento, sem data para voltar ao Brasil.

"A pior postura é ir para uma negociação achando que tem de voltar com um acordo fechado", assinalou Bracher, ressaltando por duas vezes que o País "não tem pressa para renegociar a dívida externa". Quanto ao ponto, certamente nevrálgico, da renegociação — que consta do programa de governo e se refere à redução das transferências de recursos da economia brasileira para o exterior, principalmente sob a forma de juros da dívida —, o presidente do BC acentuou que "para tudo tem uma hora" e o momento é propício à negociação de rolagem do principal.

Bracher explicou que os recursos correspondentes aos US\$ 6 bilhões de amortização vencida em 1985 foram depositados numa conta bloqueada no Banco Central, e, agora, o governo brasileiro deverá renegociar as condições de seu empréstimo ("re-lending"). Ele não confirmou, mas uma das alternativas é fazer o reempréstimo através do Banco do Brasil (BB), "eliminando, assim, uma série de comissões que os bancos cobram ao mutuário final, além dos juros e 'spreads'".

O diretor da Dívida Externa, por sua vez, afirmou que segue para os Estados Unidos sem uma proposta preconcebida e disposto a discutir "tudo". Entre os numerosos pontos de renegociação da dívida, Seixas citou a prorrogação das linhas de curto prazo (comerciais e interbancárias) até dezembro de 1986 nos níveis da fase 2, ou seja, de US\$ 9,8 bilhões de linhas comerciais e US\$ 5,3 bilhões no interbancário.

Adiantou que os créditos interbancários deverão ser transferidos para o projeto 3 (comerciais), o que iniciaria o processo de eliminação dessa linha do projeto 4. Faz parte também das intenções do governo retirar as agências de bancos brasileiros no exterior da abrangência do projeto 2 — de rolagem das amortizações.

De acordo com Seixas, existe uma "escassez" de US\$ 230 milhões nos projetos 3 e 4 que, entretanto, acaba sendo coberta com depósitos de US\$ 260 milhões de bancos centrais em bancos brasileiros, dando, no final das contas, uma folga de US\$ 30 milhões.

por Jurema Baesse de Brasília

As operações amparadas pela Resolução nº 63, feitas entre as instituições financeiras liquidadas pelo Banco Central (BC) e cerca de cem bancos estrangeiros, receberão também, inicialmente, 25% do total investido (cerca de US\$ 100 milhões). Mas estes recursos "não serão remissíveis" aos bancos credores, eles serão incorporados ao "pacote" de recursos (principal da dívida externa que venceu em 1985 e a vencer em 1986) que será negociado com a comunidade financeira mundial.

A informação foi dada, ontem, pelo presidente do

Banco Central, Fernão Bracher, no seu primeiro contato coletivo com a imprensa, depois de passar uma semana nos Estados Unidos. Com relação ao reflexo das liquidações sobre os bancos estrangeiros, Bracher assinalou que "existe uma onda de reclamação muito grande" e ela só foi abrandada depois do anúncio de que o BC iria cobrir 25% do total.

Na reunião da comitiva brasileira, na semana passada, em Nova York, com o comitê assessor dos bancos, o presidente do Banco Central "reiterou a disposição brasileira para estudar um arranjo adicional dentro das limitações da auto-

riedade do governo" no que concerne ao pagamento da 63. "A base para tal arranjo, assinalou Bracher no seu pronunciamento, "poderá ser individual ou global e poderá incluir discussões relativas aos empréstimos 63 devidos junto a outros bancos". Bracher, no entanto, não entrou em detalhes com relação a esta postura, mas ela indica que o País está disposto a rever os débitos da 63 não apenas dos bancos liquidados.

O problema criado com a liquidação dos três bancos "gerou uma dificuldade a mais" nos entendimentos do Brasil com a comunidade financeira mundial — assinalou o diretor da Divi-

da Externa do BC, Antônio de Pádua Seixas. "A resistência é geral. Os bancos regionais, evidentemente, reagem mais, porque têm menos capacidade de absorção". Com relação ao fato de estes bancos terem de lançar tais débitos como "créditos em liquidação", Seixas afirmou que "não existe a obrigação de lançar já estes débitos, uma vez que ainda não foi configurada a perda total dos créditos. "E, além disso, acrescentou, "eles podem fazer lançamentos parciais da perda, diante da cobertura de 25% dos débitos".

Já o presidente do Banco do Brasil, Camillo Calazans, não concorda que a

cobertura destes débitos seja legítima. Segundo ele, quando um banco estrangeiro empresta a outro banco existe um risco natural, e não há por que cobrir. Com relação à renegociação global, Calazans afirmou que "o Brasil é um bom cliente, os credores, com certeza, são interessados em rolar o principal da dívida, pois não teriam onde colocar estes recursos". O Brasil paga em dia os seus débitos e "a nossa situação é muito cômoda para o credor". Na opinião de Calazans, "nenhum banqueiro deseja uma renegociação a longo prazo, pois ninguém tem uma visão nítida do futuro".

Esta é a íntegra do telex enviado pela comissão dos bancos credores aos bancos que participam da renegociação da dívida externa.

"13 de dezembro de 1985. Para: todos os bancos Rem.: República Federativa do Brasil

Reunião da comissão consultiva de bancos — 12 e 13 de dezembro de 1985.

A comissão consultiva de bancos para o Brasil reuniu-se nos dias 12 e 13 de dezembro, em Nova York, sr. Fernão Bracher, presidente do Banco Central, sr. Carlos Eduardo de Freitas, diretor para assuntos internacionais do Banco Central, sr. Antonio Seixas, diretor para a Dívida Externa e outros representantes do Banco Central e da República Federativa compareceram à reunião. Representantes do Ministério japonês das Finanças, do Bank of Japan, do Deutsche Bundesbank, o Federal Reserve Bank, de Nova York, e o Comptroller of the Currency também estiveram presentes.

1) Durante a reunião, o sr. Bracher prestou informações sobre o problema econômico do Brasil e suas perspectivas. Do ponto de vista externo, as atuais projeções indicam um superávit comercial de aproximadamente US\$ 12,4 bilhões para 1985. O sr. Bracher distribuiu aos presentes o volume 9 do Programa Econômico do Brasil, um relatório de medidas de ajuste internas e externas com data de novembro de 1985, preparado pelo Departamento Econômico do Banco Central. Este relatório está sendo distribuído pelo Banco Central a todos os bancos. Além disso, as notas das quais o sr. Bracher falou inicialmente estão sendo, separadamente, enviadas via telex para todos os bancos. A comissão e os representantes do Banco Central discutiram os vários assuntos a que se referiam tais notas: 2) Em particular, a comissão e representantes do Banco Central mantiveram discussões preliminares, com relação à possível reestruturação dos vencimentos da dívida externa para os anos de 1985 e 1986, com relacionadas novas

facilidades comerciais e interbancárias; 3) A comissão e representantes do Banco Central concordaram em reunirem novamente na quarta-feira, 18 de dezembro de 1985, em Nova York, para continuar as discussões com respeito a tais possíveis reestruturações e novas facilidades comerciais e interbancárias. Se tiver qualquer pergunta a respeito do precedente, por favor não hesite em entrar em contato com qualquer membro da comissão consultiva.

Saudações, Citibank, N.A., presidente, comissão consultiva; Lloyds Bank International, vice-presidente, comissão consultiva; Morgan Guaranty Trust Company of New York, vice-presidente, comissão consultiva; Arab Bank Corporation; Bank of America N.T. & S.A.; Bank of Montreal; The Bank of Tokyo, Ltd.; Bankers Trust Company; The Chase Manhattan Bank, N.A.; Chemical Bank; Credit Lyonnais; Deutsche Bank, A.G.; Manufacturers Hannover Trust Company; Union Bank of Switzerland.

Brasil manterá FMI informado

O presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, em pronunciamento durante a reunião com o comitê de assessoramento da dívida externa, nos dias 12 e 13 passados, em Nova York, embora rejeitando qualquer possibilidade de acordo com o (FMI), anunciou aos bancos credores que manterá o Fundo informado regularmente sobre a economia brasileira. O presidente do Banco Central alinhavou, ainda, dados sobre a performance comercial, reforçando a estimativa de um superávit equivalente a US\$ 12,5 bilhões no ano que vem, com melhora das reservas cambiais e redução da dívida real externa, encerrando este ano em US\$ 99,6 bilhões e em US\$ 99,4 bilhões no final do ano que vem.

Propostas de Bracher aos credores

Estas são as anotações feitas pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, para a reunião com o comitê de assessoramento da dívida externa dos bancos credores, realizada em 12 de dezembro passado.

"É um prazer encontrar-me mais uma vez com os senhores. Em Seul concordamos quanto à necessidade de nos reunirmos regularmente. É uma questão importante, pois eu estou convicto que devemos trocar informações, analisar a situação atual e planejar os nossos esforços futuros em bases regulares.

Temas da reunião. Eu gostaria de falar sobre seis pontos principais:

- 1) A economia brasileira;
- 2) O nosso relacionamento com o Fundo Monetário Internacional;
- 3) A iniciativa Baker;
- 4) O reescalonamento dos vencimentos de principal, correntes e futuros;
- 5) As linhas comerciais e interbancárias;
- 6) A questão da Resolução 63 no contexto das liquidações dos bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave.

1. A Economia Brasileira. Na última semana de novembro, o governo brasileiro propôs uma série de medidas de política econômica ao Congresso Nacional. Estas medidas, aprovadas pelo Congresso em 5 de dezembro, objetivam a recuperação do esforço fiscal e, através desta recuperação, uma redução significativa do déficit fiscal, com a manutenção da taxa de crescimento econômico e obtenção de maior justiça social.

2. As prioridades sociais do programa se concentram nas áreas de alimentação e de outras necessidades sociais básicas — saúde, educação, infraestrutura urbana, saneamento, moradia, etc. — que, consideradas como um todo, darão um novo significado às funções tradicionais do Estado.

3. No caso brasileiro, estas medidas são de importância enorme para a manutenção da paz social e a construção dos alicerces de uma economia dinâmica, no contexto de uma sociedade democrática e pluralista. Este fato tem importância especial quando visto à luz da pobreza e das profundas desigualdades que ainda existem no Brasil. Para exemplificar isso, é suficiente dizer que cerca de 66% da força de trabalho ganha menos do que US\$ 180 por mês, respondendo por apenas 30% da renda acumulada.

4. As mudanças propostas no setor das finanças pública têm três objetivos básicos: a restrição das despesas do setor público, um aumento de impostos e o estímulo a novos investimentos no setor privado.

5. Como parte do programa, o Brasil já adotou vários decretos abrangentes que objetivam a restrição e redução de despesas com pessoal, serviços de terceiros e outras despesas de custeio, e investimentos.

6. Economias significativas poderão ser alcançadas também através de reduções mais acentuadas das taxas de juros. Estima-se que esta redução poderá chegar a US\$ 2,1 bilhões em relação à dívida pública, correspondendo a um corte de 17% nas despesas com pessoal.

7. O aumento dos impostos combinado com o melhor desempenho da economia devem produzir recursos fiscais adicionais de cerca de US\$ 3,6 bilhões para o Governo Federal, correspondendo a 1,6% do PIB estimado para 1986.

8. Além disso, como parte do mesmo pacote, diversos Decreto-leis estabeleceram normas para o funcionamento das empresas estatais e para a privatização de companhias específicas. Recentemente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social vendeu com sucesso 5 bilhões de ações preferenciais da Petrobrás. A preços correntes, o valor da operação alcançou US\$ 400 milhões.

9. Outras empresas estatais devem juntar-se ao programa, vendendo ações nas bolsas de valores que podem alcançar o total de até US\$ 1 bilhão.

10. A fim de incentivar o processo de crescimento sustentado, permitiu-se a adoção de coeficientes acelerados de depreciação aplicáveis ao estoque físico de capital. Os novos coeficientes representam o dobro das taxas anteriormente permitidas. O objetivo desta medida é estimular a modernização tecnológica, um elemento de importância essencial para o desenvolvimento das condições de competição necessárias para evitar a restrição do crescimento da demanda devido ao esgotamento da capacidade produtiva, pois o resultado de tal situação seria um processo crescente de inflação.

11. Em 1985, o desempenho dos meios de pagamento foi

condicionado pelas pressões das necessidades dos setores prioritários da economia (especialmente, agricultura e exportações), das necessidades de financiamento do setor público e, particularmente, da expansão normal das atividades econômicas no contexto de um ambiente inflacionário indexado.

12. Consequentemente, as taxas de crescimento da base monetária e dos meios de pagamento — medidas na base dos saldos médios diários — encerraram o período de doze meses até novembro aos níveis de 248 e 273%, respectivamente.

13. O crescimento dos meios de pagamento tem sido compatível com o aumento da atividade econômica e com os níveis de preços. A relação M1/PIB, que fechou 1984 ao nível de 3,2%, não deverá alterar-se significativamente em 1985.

14. A inflação no mês de novembro — medida pelo índice de preços ao consumidor ampliado — foi de 11,1%, de tal forma que a inflação do ano e dos últimos doze meses fechou a níveis de 194,3 e 224,8%, respectivamente. Consequentemente, pelo segundo ano, a inflação ultrapassou o nível de 200%.

15. Os salários pagos no setor industrial aumentaram 242,9% até agosto, produzindo assim um aumento real de salários de 6,4%.

16. Em novembro, o saldo da balança comercial foi de US\$ 1,1 bilhão, aumentando o superávit para os primeiros onze meses de 1985 ao nível de US\$ 11,3 bilhões, e assegurando a meta de 1985 de US\$ 12,4 bilhões. Estima-se agora que o ano deverá fechar com exportações de US\$ 25,2 bilhões, dos quais os produtos industrializados responderão por 65% (67% em 1984), contra importações de US\$ 12,8 bilhões, incluindo US\$ 5,5 bilhões (43%) referentes a aquisições de petróleo (US\$ 6,9 bilhões em 84). Estima-se que as importações (excluindo o petróleo) em 1985 cresceram a uma taxa de 3,6%, decorrente quase totalmente de maiores aquisições de bens de capital.

17. O saldo global do balanço de pagamento deverá chegar a US\$ 700 milhões, enquanto as contas correntes deverão fechar com um déficit no mesmo valor.

18. As reservas internacionais do País fecharão o ano a um nível mais alto do que em 1984, enquanto a dívida externa global deverá diminuir levemente em termos nominais até o nível de US\$ 99,6 bilhões. Esta diminuição seria ainda maior se considerássemos a taxa de inflação internacional.

19. As medidas adotadas para reduzir o déficit público, combinadas com o fato de que a demanda pela recomposição salarial deverá ser mais branda em 1986, indicam que as pressões inflacionárias básicas decrescerão em 1986, em confronto com 1985.

20. Com base nas condições internacionais atuais, estimativas preliminares para 1986 indicam a possibilidade de um resultado final semelhante ao deste ano no balanço de pagamentos. Entretanto, deve-se observar que a imposição de maiores restrições sobre as exportações brasileiras ou aumentos das taxas de juros internacionais poderão colocar estas mestas em perigo.

21. O saldo da balança comercial deverá fechar o ano em US\$ 12,5 bilhões com exportações de US\$ 26,5 bilhões (+ 5,2%) e importações de US\$ 14 bilhões (crescimento de 25,4% quando aquisições de petróleo e trigo são excluídas).

22. Baseado numa LIBOR média de 9%, a.a., o déficit em conta corrente deverá fechar o ano em US\$ 600 milhões.

23. Neste contexto, a posição das reservas internacionais deverá continuar melhorando, enquanto a dívida externa global diminuirá em termos nominais a uma taxa semelhante à taxa de 1985, fechando o ano ao nível de US\$ 99,4 bilhões. Esta redução se tornará possível, pois, supondo um reescalonamento adequado, o Brasil não intenciona solicitar novos recursos dos bancos comerciais.

II. O Fundo Monetário Internacional

1. O Brasil está remetendo informações relativas ao novo plano econômico ao Diretor Gerente do Fundo.

2. Pretendemos proporcionar ao Fundo informações relativas à economia brasileira em bases regulares. Este seria um ato voluntário por parte do Brasil, assumido livremente pelo Governo em reconhecimento da importância do Fundo e do seu papel no sistema financeiro internacional.

3. Pretendemos manter o Fundo informado quanto ao desempenho e às perspectivas da economia brasileira, embora não contemplemos a necessidade de um "standby" formal ou de um EFF no futuro próximo.

4. Os desenvolvimentos positivos constatados no caso brasileiro. O Brasil está preparado a iniciar negociações imediatamente sobre o reescalonamento plurianual dos vencimentos que ocorrerão depois de 1985.

Achamos que um reescalonamento a longo prazo seria mais apropriado, pois refletiria as perspectivas melhores do Brasil na economia mundial. Ao mesmo tempo, asseguraria os mercados de que o serviço da dívida externa brasileira tenha sido colocado em bases sólidas e sistemáticas. Achamos que um reescalonamento abrangendo os anos posteriores a 1985 seria o curso mais apropriado.

2. Esta solução refletiria os interesses de ambos os lados, sem exigir um preço especial de qualquer das partes. Entretanto, se rejeitarem por ora uma reestruturação para os anos após 1986, estamos também preparados para considerar um plano menos ambicioso de reescalonamento dos vencimentos de 1985 e 1986.

V. As Linhas Comerciais e Interbancárias

1. A disponibilidade dos recursos das linhas comerciais e interbancárias representa um elemento essencial para a manutenção e promoção do ajustamento externo brasileiro. Como os fatos demonstram, atra-

vés dos nossos esforços internos, conseguimos desenvolver as nossas exportações, apesar do ambiente desfavorável de um protecionismo crescente.

2. Este esforço e os saldos comerciais decorrentes dele seriam seriamente prejudicados se as linhas de crédito a curto prazo para as nossas importações e exportações não estivessem disponíveis ou se os nossos bancos no exterior não pudessem mais operar.

3. Temos que confiar, portanto, na manutenção do apoio proporcionado pela comunidade bancária internacional através das linhas de curto prazo. Se quisermos produzir resultados comerciais semelhantes aos resultados dos últimos dois anos, estas linhas serão de importância fundamental.

VI. A Liquidação Extrajudicial dos Bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave

1. Em relação a esta questão, referimo-nos ao telex remetido aos bancos interessados e ao Presidente do Comitê de Assessoramento para os Bancos em 5 de dezembro, e reiteramos a nossa disposição para estudar os limites das nossas autoridades. A base para tal arranjo poderia ser individual ou global e poderá incluir discussões relativas aos empréstimos 63 com outros bancos.